

REVISTA BRASILEIRA DE

contabilidade

ANO XX - Nº 75
ABRIL/JUNHO 1991

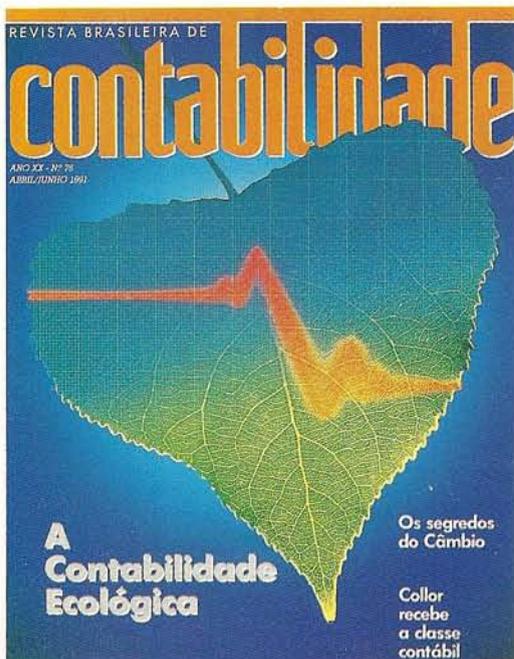


A
Contabilidade
Ecológica

Os segredos
do Câmbio

Collor
recebe
a classe
contábil

SUMÁRIO



ANO XX - Nº 75
ABRIL/JUNHO 1991

ESPECIAL

PÁGINA 20

A ecologia é a palavra do momento. As pressões internacionais colocaram, inicialmente, o Brasil numa posição delicada. Mas esta questão não é tão simplista assim como veiculam os meios de comunicações. É nesse ponto que reside a principal batalha pela preservação do meio ambiente: a comunicação. Na matéria especial, **Ecologia e Contabilidade** são traçadas as primeiras linhas gerais dessa fusão frutífera, pois só a divulgação dessa combinação terá o poder de mudar comportamentos e atitudes sobre o tema.

EXTRA:

PÁGINA 48

SISTEMA TRIBUTÁRIO PARA PESSOAS JURÍDICAS

Propostas para democratização da economia e retomada de crescimento do Brasil

IMPORTANTE

PÁGINA 72

A QUEM PERTENCE A RIQUEZA CRIADA NA EMPRESA



PÁGINA 28

Quais são as origens da Contabilidade? Até onde pode se ter certeza, ela sempre foi utilizada pelo homem, de forma rudimentar no começo dos tempos, com o objetivo de mesurar a riqueza e a utilidade das pessoas e/ou entidades até se aperfeiçoar como um instrumento para o bom planejamento e controle acerca do uso dos bens econômicos. Os professores Hélio da Silva, Diderot Carli e Antônio Moacyr Pereira assinalam quais foram os marcos decisivos na sua evolução teórica.

EXTRA

PÁGINA 12

PRESIDENTE COLLOR RECEBE A CLASSE CONTÁBIL EM AUDIÊNCIA ESPECIAL

Além de uma série de reivindicações específicas em prol da classe contábil, o presidente do Conselho solicitou a inclusão na Conferência Mundial de Proteção do Meio Ambiente (ECO 92) o debate sobre o tema: "A Contabilidade e a Ecologia".



PÁGINA 62

Os Conselhos de Contabilidade são autarquias? A Constituição de 1988, dando um tiro de misericórdia na controvérsia, esclarece que só a lei pode criar autarquias. O Dr. José Washington Coelho esclarece as várias vertentes jurídicas da questão e afirma que não há autarquia por obra e graça do espírito santo. O fato do próprio órgão auto-intitular-se "autarquia" não se constitui instrumento hábil para lhe garantir o que só a lei pode lhe dar.

PÁGINA 56

Os recursos naturais, antes abundantes, começam a escassear. O êxodo rural inchou as grandes cidades, provocando uma crescente demanda de alimentos e de matérias-primas. Isso obrigou a agropecuária brasileira a reestruturar-se. O professor e contador Silvio Aparecido Crepaldi analisa quais os melhores caminhos para a realização de um bom trabalho contábil para as empresas rurais.

VEJA ainda nesta edição: Artigos sobre "Recomendações para o profissional iniciante" (página 16); "A contabilidade ajuda ou atrapalha" (página 19); "Constituição de empresas" (página 61); "O que o contribuinte deve fazer ao ser autuado" (página 69); "Novas teorias em contabilidade" (página 70).



CONGRESSO ECOLÓGICO?

O tema "Ecologia" nunca foi tão ventilado como atualmente. Em muito boa hora, ou em cima da hora, as nossas autoridades, a sociedade em geral, a comunidade mundial, estão dando a importância devida a essa questão, da qual, sem dúvida, dependemos todos, independentemente de qual quadrante do mundo em que estejamos. E a Contabilidade não poderia ficar à margem dos debates sobre "Ecologia".

Era intenção desta Presidência discorrer sobre o tema "A Contabilidade e o Meio Ambiente", que, com muita propriedade, é abordado nesta Revista pelo colega Nelson Carvalho. No entanto, no dia 20-06-91, a Secretaria de Congressos e Convenções, reunida na cidade de São Paulo, em caráter extraordinário, resolveu, por unanimidade, outorgar ao Conselho Federal de Contabilidade a realização do XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade. Pela primeira vez na história, essa incumbência é dada ao Conselho Federal de Contabilidade. A tarefa e a responsabilidade são, verdadeiramente, gigantescas. Assumimos, todavia, o encargo, pois confiamos na classe contábil brasileira, na sua força, no seu poder de arregimentação. A realização do maior Congresso Brasileiro de todos os tempos é, desde já, o nosso objetivo. Para tanto, não serão medidos esforços. Todos os Contadores e Técnicos em Contabilidade e entidades da nossa classe serão convocados a participar e a colaborar inclusive financeiramente.

A elaboração do programa será iniciada já nas próximas semanas. Já existem algumas idéias, principalmente sobre o seu tema central, como, por exemplo, "A Contabilidade e o Meio Ambiente", ou ainda, "A Contabilidade e os 500 anos do Descobrimento da América".

Atualmente somos cerca de 260.000 Contabilistas em todo o País. No XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade contamos com um elevado percentual de participação de nossos colegas, inclusive

ve com a apresentação de trabalhos. Novas metas a serem alcançadas pela nossa profissão devem ser objeto de discussão durante o evento.

Todos se preparem para participar desse encontro nacional. Um chamamento especial também dirigimos à "Mulher Contabilista", que representa hoje 38,6% de inscritos nos Conselhos Regionais de Contabilidade, ou seja, 100.360 profissionais, que terão espaços especiais no XIV Congresso.

A oportunidade será ímpar para uma demonstração de força da nossa classe. Para reafirmarmos e mostrarmos aos nossos governantes o que somos e o que podemos. E temos certeza de que o evento será um autêntico espetáculo da classe contábil brasileira.

Numa década em que o aprimoramento e a evolução tecnológica, especialmente na área de informática, se fazem presentes em nosso dia-a-dia, é necessário que evoluamos e busquemos a modernização, e o XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade será uma ocasião excepcional para a busca e consecução desse objetivo.

Contamos, pois, Contador(a) ou Técnico(a) em Contabilidade, onde quer que você esteja, com o seu irrestrito apoio, com a sua decisiva participação.

P.S.: O XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade será realizado em 1992, na cidade de Salvador, Bahia, em data a ser definida.

Contador IVAN CARLOS GATTI
Presidente

Atualmente somos cerca de 260.000 Contabilistas em todo o País. No XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade contamos com um elevado percentual de participação de nossos Colegas, inclusive com a apresentação de trabalhos. Novas metas a serem alcançadas pela nossa profissão devem ser objeto de discussão durante o evento.



CONTABILIDADE & ECOLOGIA:

UMA EXIGÊNCIA QUE SE

O relacionamento entre Contabilidade e Ecologia mesmo que, aparentemente, possa não parecer óbvio, é hoje cada vez mais vital e tem um grande objetivo. Afastados da arcaica visão de "escrituradores" e rebelados contra o enclilhamento da visão de "fiscalistas", o espaço moderno dos contabilistas é o de comunicadores.

Neste artigo, o contador Nelson Carvalho, professor de Contabilidade e Auditoria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, mostra a razão de ser da combinação contabilidade-ecologia, centrando o raciocínio no conceito-chave de que a divulgação tem o poder de mudar comportamentos e atitudes e buscando posicionar a importância do contabilista neste contexto.

Mais do que nunca, às vésperas da ECO-92, é preciso que as idéias floresçam nesse campo até então árido.



IMPÔE



Foi implantado em 1988, na Inglaterra, um centro de pesquisas em ciências e tecnologia (CEST - Center for Exploration of Science and Technology) que conta em sua cúpula diretiva, com os presidentes e diretores de áreas técnicas de 18 das maiores empresas inglesas, ao lado de cientistas, pesquisadores e acadêmicos. As questões eleitas como prioritária para estudos e tomada de posições foram a relação entre as empresas e as mudanças de proteção ao meio ambiente; foram elencados 13 problemas-chave a serem solucionados no tocante à agressão que as empresas fazem ou permitem fazer ao meio ambiente, e para cada problema-chave foram colocadas três questões idênticas para ensejar o debate, mudança corretiva de atitudes (espontânea ou por imposição) a medidas preventivas. Os 13 problemas identificados naquele Centro, para os quais se procura sensibilizar as empresas para buscar soluções, posto que elas acabaram sendo os principais agentes de tais problemas, foram:

1. O efeito climático "estufa", que pode vir a transformar a temperatura do planeta Terra em insuportável para o ser humano.
2. A depleção da camada de ozônio, desprotegendo a Terra da ação danosa dos raios solares ultravioleta.
3. A chuva ácida.
4. A qualidade do ar.
5. Os danos ao homem e à natureza advindos dos metais pesados .
6. Os componentes e odores resultantes dos resíduos orgânicos voláteis.
7. Os componentes orgânicos persistentes, ou de absorção prolongada.
8. A poluição sonora.
9. A gerência do lixo ou dos resíduos, principalmente os de conteúdo tóxico.
10. A contaminação da terra por tóxicos.
11. Os vazamentos poluidores.
12. O efeito potencialmente antiecológico de algumas inovações biotecnológicas.
13. A qualidade da água.

As três perguntas em cujas respostas cada empresa, cada empresário, cada executivo de empresa, cada governante, cada parlamentar e cada cidadão estão, estarão ou deveriam estar, interessados são na resposta do centro de pesquisa inglês:

a. Que setores industriais ou de negócios mais agredem o meio ambiente com respeito aos problemas-chaves, e o que se vislumbra como soluções possíveis?

b. Que pressões existem, se existem, da parte da legislação vigente para eliminar problemas e como aperfeiçoá-las?

c. Que soluções tecnológicas existem, e como melhorá-las ou implementá-las?

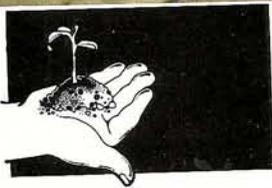
Parece relativamente evidente que os pontos listados pelos empresários e pesquisadores ingleses são de alcance universal. Nesta era de reflexão e debate o papel do Estado e os limites desejáveis de intervenção do mesmo na ordem e nas relações sociais é sempre útil lembrar algumas mensagens da Primeira Ministra da Noruega. Sra. Gro Harlem Brundtland, que já reconheceu estarem os segmentos empreendedores de negócio (indústria, comércio e os demais), tecnicamente capacitados (e mais capacitados que os governos, com certeza), a definir e adotar modelos de atuação de proteção ao meio ambiente. Conquanto não se possa prescindir de ação governamental em algum nível, recomenda a Primeira Ministra que não se espere dos governos a iniciativa, provavelmente, sob pena de ação tardia e ineficaz, face a que pode resultar da livre iniciativa.

Mas de que medidas falamos? Que iniciativas e que modelo? A Câmara de Comércio Internacional vem propor 16 princípios de desenvolvimento sustentável, oferecendo-se para procurar levar as associações empresariais de classe e, em última forma, as empresas a aderirem tais princípios: ambientalistas europeus questionaram se de fato tais princípios são mesmo capazes de governar condutas, ou se seriam meras generalidades inimplementáveis, como declarações descompromissadas de intenção. O objetivo deste artigo é revisitar essas questões e tentar mostrar o inter-relacionamento entre o sucesso ou fracasso da empresa que visa o lucro, a ecologia, e que papel o profissional de contabilidade tem a cumprir nesse contexto.

Do relativamente reduzido e politicamente menos expressivo grupo de ambientalistas que participou ativamente da I Conferência Mundial de Meio Ambiente, em 1972, ao esperado comparecimento à ECO-92 no Brasil de 30.000 ou mais participantes, dentre os quais a possível presença dos chefes de Estado ou de Governo de quase todas as nações do mundo, aí incluídos o Príncipe Charles, Mikhail Gorbachev, George Bush e muitos outros, mudaram substancialmente três coisas:

— o conhecimento da extensão e conseqüências do problema ecológico evoluiu consideravelmente;

— a consciência pública hoje é muito maior, so-



Foi implantado em 1988, na Inglaterra, um centro de pesquisas em ciências e tecnologia (CEST - Center for Exploration of Science and Technology) que conta em sua cúpula diretiva, com os presidentes e diretores de áreas técnicas de 18 das maiores empresas inglesas, ao lado de cientistas, pesquisadores e acadêmicos. As questões eleitas como prioritária para estudos e tomada de posições foram a relação entre as empresas e as mudanças de proteção ao meio ambiente; foram elencados 13 problemas-chave a serem solucionados no tocante à agressão que as empresas fazem ou permitem fazer ao meio ambiente, e para cada problema-chave foram colocadas três questões idênticas para ensejar o debate, mudança corretiva de atitudes (espontânea ou por imposição) a medidas preventivas. Os 13 problemas identificados naquele Centro, para os quais se procura sensibilizar as empresas para buscar soluções, posto que elas acabaram sendo os principais agentes de tais problemas, foram:

1. O efeito climático "estufa", que pode vir a transformar a temperatura do planeta Terra em insuportável para o ser humano.
2. A depleção da camada de ozônio, desprotegendo a Terra da ação danosa dos raios solares ultravioleta.
3. A chuva ácida.
4. A qualidade do ar.
5. Os danos ao homem e à natureza advindos dos metais pesados .
6. Os componentes e odores resultantes dos resíduos orgânicos voláteis.
7. Os componentes orgânicos persistentes, ou de absorção prolongada.
8. A poluição sonora.
9. A gerência do lixo ou dos resíduos, principalmente os de conteúdo tóxico.
10. A contaminação da terra por tóxicos.
11. Os vazamentos poluidores.
12. O efeito potencialmente antiecológico de algumas inovações biotecnológicas.
13. A qualidade da água.

As três perguntas em cujas respostas cada empresa, cada empresário, cada executivo de empresa, cada governante, cada parlamentar e cada cidadão estão, estarão ou deveriam estar, interessados são na postura do centro de pesquisa inglês:

a. Que setores industriais ou de negócios mais agredem o meio ambiente com respeito aos problemas-chaves, e o que se vislumbra como soluções possíveis?

b. Que pressões existem, se existem, da parte da legislação vigente para eliminar problemas e como aperfeiçoá-las?

c. Que soluções tecnológicas existem, e como melhorá-las ou implementá-las?

Parece relativamente evidente que os pontos listados pelos empresários e pesquisadores ingleses são de alcance universal. Nesta era de reflexão e debate o papel do Estado e os limites desejáveis de intervenção do mesmo na ordem e nas relações sociais é sempre útil lembrar algumas mensagens da Primeira Ministra da Noruega, Sra. Gro Harlem Brundtland, que já reconheceu estarem os segmentos empreendedores de negócio (indústria, comércio e os demais), tecnicamente capacitados (e mais capacitados que os governos, com certeza), a definir e adotar modelos de atuação de proteção ao meio ambiente. Conquanto não se possa prescindir de ação governamental em algum nível, recomenda a Primeira Ministra que não se espere dos governos a iniciativa, provavelmente, sob pena de ação tardia e ineficaz, face a que pode resultar da livre iniciativa.

Mas de que medidas falamos? Que iniciativas e que modelo? A Câmara de Comércio Internacional vem propor 16 princípios de desenvolvimento sustentável, oferecendo-se para procurar levar as associações empresariais de classe e, em última forma, as empresas a aderirem tais princípios: ambientalistas europeus questionaram se de fato tais princípios são mesmo capazes de governar condutas, ou se seriam meras generalidades inimplementáveis, como declarações descompromissadas de intenção. O objetivo deste artigo é revisitar essas questões e tentar mostrar o inter-relacionamento entre o sucesso ou fracasso da empresa que visa o lucro, a ecologia, e que papel o profissional de contabilidade tem a cumprir nesse contexto.

Do relativamente reduzido e politicamente menos expressivo grupo de ambientalistas que participou ativamente da I Conferência Mundial de Meio Ambiente, em 1972, ao esperado comparecimento à ECO-92 no Brasil de 30.000 ou mais participantes, dentre os quais a possível presença dos chefes de Estado ou de Governo de quase todas as nações do mundo, aí incluídos o Príncipe Charles, Mikhail Gorbachev, George Bush e muitos outros, mudaram substancialmente três coisas:

— o conhecimento da extensão e conseqüências do problema ecológico evoluiu consideravelmente;

— a consciência pública hoje é muito maior, so-

bre essa questão;

— o poder de coação da Sociedade organizou-se nacional e internacionalmente, e a prova é a adesão, à causa, de políticos de elevada reputação e influência em todo o mundo.

Para enfrentar os problemas de preservação do meio ambiente, as empresas contam com muitos procedimentos à sua disposição, dentre os quais podemos exemplificar:

- Técnicas de monitoramento da poluição;
- Procedimentos de avaliação do impacto ambiental;
- Procedimentos de manuseio de lixo ou resíduos;
- Programas de treinamento em segurança do trabalho em condições potenciais de poluição;
- Auditoria das medidas de proteção ambiental;
- Divulgação, inclusive com técnicas contábeis, de tais medidas e/ou de danos potenciais ocorridos.

O uso de técnicas de prevenção ou corretivas de danos ao meio ambiente deve estar voltado, em essência, a questões relativas ao futuro da própria humanidade: fome, miséria, desenvolvimento econômico, alocação e uso de recursos, habitabilidade do planeta; dilemas econômicos e sociais muitas vezes pungentes, o método científico os encara com o rigor de sempre: a busca de soluções exige o perfeito conhecimento do problema, analiticamente decomposto nas suas variáveis explicativas. É a única metodologia que evita o discurso vago, as intenções poéticas e as bravatas de palanque. E conhecer o problema é um jogo sério que tem um nome: explicitar o impacto de hoje sobre o futuro; e explicitar é, aqui, um conceito que engloba:

- conhecer;
- identificar e denominar;
- mensurar;
- divulgar, reportar, comunicar.

Sem este processo metodológico levado com rigor, o risco é de conclusões errôneas, porque baseadas em conhecimento parcial das causas.

Começamos aqui a centrar nossa atenção para o porquê relacionar ecologia e contabilidade: captar, registrar, resumir e reportar são a essência do processo contábil. Já afastados da arcaica visão de "escrituradores", rebelados contra o encilhamento da visão de "fiscalistas", aos contadores o espaço moderno é o de comunicadores. A vida profissional dos contadores é cada vez mais dedicada ao aperfeiçoamento da comunicação: as demonstrações contábeis (ou fi-

nanceiras) das entidades, etapa final do processo contábil, são a essência da comunicação, a usuários, do estado patrimonial e de suas mutações, por natureza e no tempo. No século XXI, o contador será o comunicador da vida empresarial, por excelência. Para tanto, aperfeiçoam eles constantemente os mecanismos de revelação e divulgação, na persecução à transparência. Especializamo-nos, nós contadores, em revelar com transparência os atos das entidades.

E aqui repousa o primeiro grande conceito-chave da combinação contabilidade/ecologia:

a divulgação tem o poder de mudar comportamentos e atitudes.

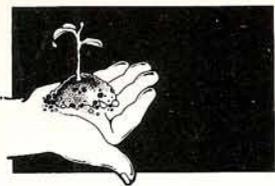
O viés do privilégio e a freqüência da prática ilícita ou condenável se reduzem com a revelação, a exposição pública, a divulgação. E divulgação (vale dizer, comunicação) é nossa especialidade, como contadores.

Estudar no âmbito da empresa as variáveis que afetam o meio ambiente requer:

- conceitos de balanço social;
- conceitos de ética e de responsabilidade;
- conhecimento da potencialidade de agressão ecológica;
- técnicas de divulgação.

O primeiro quesito a ser visto, o do balanço social, é outra vertente para a qual os contadores já se voltam há anos. Infelizmente, as experiências mais comumente encontradas de balanço social, no Brasil, só trazem o **ativo** dos balanços: programas de treinamento, de assistência médica, de lazer, de benefícios, de qualidade de vida no trabalho, etc. Não se tem encontrado revelações das obrigações a cumprir, dos atrasos e dívidas sociais a resgatar e demais compromissos existentes ou potenciais que completariam o quadro para que o balanço social merecesse esse nome. No entanto, dentro da idéia do balanço social, a atividade da empresa na priorização e volume de

"O ser humano está em perfeitas condições de extrair recursos do meio-ambiente preservando o capital natural"



recursos humanos e financeiros alocados à questão ecológica é um tema primário.

Ética, para não enveredarmos por caminhos viciniais a nosso tema, se traduz em contabilidade, neste contexto, por **responsabilidade**. Seria algo próximo à idéia do "accountability" do idioma inglês, em que o ente ou entidade se faz socialmente responsável por seus atos, perante a comunidade além de perante a lei.

E por último cabe aprimorar as técnicas de divulgação, algumas das quais derivam dos procedimentos já citados de controle da atividade ecológica da empresa.

Maurice Strong, secretário-geral da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a ECO-92, no Rio), ao citar em recente entrevista à Revista Veja que "o Ministro da Ecologia de um país é seu Ministro da Economia", deu-nos a chave para decifrar o papel dos contadores na questão do meio ambiente. Primeiro, é antiga a percepção do inter-relacionamento entre a Contabilidade e a Economia enquanto ramos afins do conhecimento humano. É mais recente, porém já não é nova a identificação entre Economia (principalmente a Economia do Desenvolvimento) e a Ecologia (ou o esforço de proteção aos ecossistemas). Parece-nos quase evidente, a partir daí, a inferência da relação entre a Contabilidade, com seu processo instrumental metodológico de comunicação e informação, e a Ecologia. Restrito ao campo das empresas, e evitando deliberadamente focalizar as contas nacionais e o balanço ecológico dos Estados Soberanos por ser campo especializado a merecer trabalho específico, podemos pensar em dois níveis de atuação do contador e das suas ferramentas no tema Proteção ao Meio Ambiente:

1. quais as divulgações a serem feitas, nos limites do conhecimento hoje disponíveis?
2. quais as alterações a serem discutidas na Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, para melhor atender aos anseios do usuário da informação contábil em matéria ecológica?

"No Século XXI o contador será comunicador da vida empresarial"

Este artigo versa substancialmente sobre a primeira das questões acima postas.

Registramos, de início, as pré-condições para se entender o desenvolvimento auto-sustentado de empresas e de países.

O Planeta Terra como um todo e cada empresa em particular estão frente à exigência de prover três tipos de recursos de capital:

1. o **capital natural primário** ou **crítico**: é a parte da biosfera a ser mantida imutável, isto é, a camada de ozônio, as florestas tropicais que se constituem no "pulmão do mundo", certos "habitats" críticos, por exemplo.

2. o **capital feito pelo homem**: é a tecnologia e o conhecimento, as máquinas e os equipamentos produtivos, a habitação, etc. Esta é a parte a qual o mundo empresarial se dedicou, e o fez com eficácia.

3. o **capital natural auto-sustentável** ou **substituível**: são os recursos marítimos (pesca), agrícolas, florestais, etc.

Vê-se aqui grandes desafios para o pensamento contábil voltados para mensurar e divulgar os ativos resultantes dos três tipos de capital, e não apenas do tipo nº 2 acima, como estamos fazendo até hoje. Temos que vir a fazê-lo não só porque é bom para o meio ambiente, mas porque é bom para os negócios. No pós-guerra, o mundo liderado pelas potências vencedoras do conflito endeuou as idéias de produtividade, lucratividade e prosperidade materiais como fontes da satisfação humana. A ECO-92 deverá evidenciar ao mundo a tremenda devastação dos capitais naturais, tanto o insubstituível quanto os substituíveis, resultantes da visão do lucro como único senhor da felicidade. E a economia e a contabilidade forneceram à Primeira Ministra da Noruega a mais relevante contribuição para o conceito de desenvolvimento econômico auto-sustentado: o ser humano está em perfeitas condições de extrair recursos do meio ambiente desde que, ao término dessa extração, o capital natural atingido esteja como estava no início; em outras palavras, se extrairmos os frutos, acréscimos ou adições ao estoque inicial de recursos, estaremos praticando políticas de crescimento auto-sustentado. E é essa a precisa idéia do lucro "verdadeiro":

Lucro é a parcela do patrimônio que pode ser dele apartada no final do período contábil sem que esse patrimônio resulte menor do que estava no início.

Precisamos então, nós contado-

res, evitar que a falta ou o excesso de normas nos levem a divulgações insuficientes ou incompreensíveis.

No que a contabilidade das medidas de proteção ao meio ambiente difere da contabilidade financeira tradicional?

Basicamente porque:

— a contabilidade financeira tradicional mede resultados financeiros, a partir do consumo de recursos de **capital feito pelo homem**;

— a contabilidade voltada às medidas de proteção ao meio ambiente pretende medir **todos** os recursos de capital consumidos.

E propõe-se que o início seja pela implantação de passos como os seguintes, alguns dos quais tendo o contador como expectador, outros como co-participante ativo, e outros como líder do conjunto de participantes.

1. a empresa deve estabelecer as suas **POLÍTICAS** quanto à proteção do meio ambiente;

2. deve formatar **PLANOS** e idealizar **ESTRUTURAS** para transformar tais políticas em ações;

3. deve estabelecer critérios de quantificação e **MENSURAÇÃO**, onde aplicável;

4. deve prover **AÇÃO GERENCIAL** implementadora/executora, com gestão e supervisão dos resultados alcançados;

5. deve **REPORTAR** os resultados a acionistas, ao Governo e à Sociedade que a abriga.

Para tanto, são requeridos procedimentos voltados ao público interno e externo. Os internos são de custeio, gestão da eficiência, otimização de relações custo/benefícios, montagem e operação dos respectivos sistemas de informação, e implementação de mecanismos de correção de desvios.

Externamente, há campo para missões de relatar e de auditar, de forma independente, os resultados alcançados.

Que ativos ou despesas são hoje refletidos? São os recursos financeiros aplicados em equipamentos de proteção a danos ecológicos, e as despesas de sua manutenção ou de correção dos efeitos de tais danos.

E os passivos hoje refletidos são de três naturezas:

- regulatória, referentes à conduta mandatária

vigente decorrente de atos legais;

- corretiva, para fazer face a contaminações provocadas por danos ecológicos provocados; e

- indenizatória, para atender a reclamações judiciais de danos à pessoa ou à propriedade decorrentes de desastres ecológicos.

Os pronunciamentos contábeis, no Brasil e fora dele, sobre a contabilização de passivos contingentes, seriam talvez suficientes se fossem seguidos com bastante fidelidade. No entanto, creio que todos os contadores deveriam ler a respeito do caso "Love Canal" nos Estados Unidos, onde imensos danos à saúde e à propriedade resultaram de trato aparentemente inapropriado das questões de proteção ao meio ambiente; esse caso histórico ensina, a nós contadores, que em 29 páginas de notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras consolidadas da empresa envolvida no problema, **meia** página foi dedicada ao passivo contingente resultante da tragédia, o que se tornou célebre e tristemente criticado por ambientalistas, por economistas, por injuriados e... por contadores.

Melhorar o nível de divulgação, melhorar as normas de registro e gerenciamento contábil, melhorar a contribuição contábil às práticas de gerência da questão ecológica na empresa e por último despoluir os balanços que hoje omitem ativos que precisam ter seu consumo mensurado e comunicado, são os desafios a nossa frente. As empresas que o fizeram são as que terão dividendos e acionistas nos anos 2000. Das melhorias necessárias, algumas não serão possíveis, nem agradáveis, nem oportunas. Não será fácil, nem óbvio, identificar as alternativas, nem fazer escolhas. Não nos iludamos que não divergiremos sobre técnicas e métodos. Mas a questão essencial é: a Sociedade Mundial elegeu a ecologia como bandeira, ao preço da sobrevivência. Concordamos, nós contadores, que esse tema é relevante? Se afirmativo, concordaríamos que não teríamos profissionalmente nenhuma colaboração ativa a prestar no seu trato e solução? Será esta nossa última chance de atrelar a contabilidade ao sucesso no 2.º milênio?

PS: Quando este artigo estava pronto, foi comunicado ao Autor que a Comissão Organizadora de XIX Conferência Interamericana de Contabilidade, a realizar-se em Buenos Aires, em outubro de 1991, acatou sugestão da Delegação Brasileira e inseriu uma palestra, ao Plenário daquela Conferência, sobre "Contabilidade e as Medidas de Proteção ao Meio Ambiente".

* **Professor de Contabilidade e Auditoria na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.**